



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DO URBANISMO

Processo n.º 65/EDI/2023

Local da Obra: Cc do Lavra, 13

Freguesia: Santo António

Informação n.º 10748/INF/DMURB_DepAGU_DivSLAL/GESTURBE/2024

Concordo.

Defiro o presente pedido de licenciamento com a liquidação de taxas associadas, nos termos e fundamentos propostos, devendo a execução das obras observar as condições constantes na folha de controlo.

O Diretor Municipal do Urbanismo

Despacho n.º 30/P/2024, de 11 de março

Assinado por: **PAULO MANUEL DE OLIVEIRA DE MATOS DIOGO**
Data: 2024.05.09 11:37:28+01'00'



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Apoio à Gestão Urbanística
Divisão de Saneamento Liminar e Apoio ao Licenciamento

Folha n.º

Informação

N.º 10748/INF/DMURB_DepAGU_DivSLAL/GESTURBE/2024

Data

03-05-2024

Assunto: Renovação de Licença (artigo 72º do RJUE)

Processo n.º 65/EDI/2023

Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Local: Cc do Lavra, 13

Freguesia: Santo António

No seguimento da informação n.º 5628/INF/DMURB_DepAGU_DivSLAL/GESTURBE/2024, foram entregues elementos através do registo n.º 1954/OTR/2024, os quais se julga de aceitar por responderem satisfatoriamente ao solicitado do ponto de vista formal e processual.

A presente informação foi efetuada no âmbito do Despacho 67/P/2020 relativo a "Medidas para a simplificação do licenciamento urbanístico", do Sr. Vereador Ricardo Veludo, de 06/05/2020.

Nos termos do despacho da Exmo. Sr. CDLAHC, de 10.08.2023, «Trata-se de um pedido de renovação de licença ao abrigo do art.º 72.º do RJUE relativamente ao processo 657/EDI/2017 para obras de alteração num edifício localizado em área do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE - setor B - área habitacional - Bem de Valor Patrimonial de Referência) e integrado num conjunto arquitectónico identificado na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (código 45.25). O programa funcional prevê o aumento de 8 para 10 frações habitacionais(...)»

O processo foi aprovado, por despacho da Exma. Senhora Vereadora, em 13.08.2023, com os fundamentos da informação técnica n.º 16659/INF/DMURB_DepLu_DivAHC/GESTURBE/2023, sem condicionamentos.

Foram entregues os projetos/justificações de dispensa dos projetos de estabilidade, demolição, ventilação, comportamento térmico, condicionamento acústico, segurança contra incêndio, rede interna de águas residuais e pluviais, instalações eletromecânicas, rede de água, gás, alimentação e distribuição de energia elétrica/ficha eletrotécnica e telecomunicações.

O termo de responsabilidade do projeto de segurança contra incêndio menciona incumprimentos, no entanto o técnico apresentou uma declaração, (doc. Digital n.º 52970/2023), na qual declara,«(...) para efeitos do nº1 do artigo 10º do Decreto - Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na

Despacho

Exmo. Senhor Diretor Municipal

Proponho o deferimento do pedido de licenciamento, ao abrigo do nº 1 do art.º 23º do RJUE e a liquidação de taxas associadas, devendo a execução das obras observar as condições constantes na folha de controlo.

A competência para a decisão encontra-se subdelegada no Senhor Diretor Municipal de Urbanismo, nos termos da subdelegação de competências vigente (despacho nº 30/P/202, publicado no 1º suplemento ao B.M. nº 1569 de 14 de março).

A Diretora de Departamento
Por subdelegação de competências
Despacho nº 19/DMU/CML/2023, de 23/11/2023

Assinado por: **LUÍSA ISABEL RIO SECO DA SILVA NOBRE**
Data: 2024.05.07 18:03:23+01'00'



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Apoio à Gestão Urbanística

Divisão de Saneamento Liminar e Apoio ao Licenciamento

redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 118/2019, de 17 de Setembro, na qualidade de projetista de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, vem justificar a V. Ex.ª a não apresentação do mesmo, relativo à obra de alteração, localizada na Calçada do Lavra n.º13, 1150-088 Lisboa, cujo Licenciamento foi requerido por Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com morada para o efeito no Largo da Trindade Coelho, Lisboa, 1200-470 Lisboa, pelo facto que o projeto entregue anteriormente, permanece inteiramente válido e aprovado (processo ANPC n.º PSCI/12943/CDOS11/2017)(...)), tendo sido apresentado este parecer favorável da ANPC - PSCI/12943/CDOS11/2017, (doc. Digital n.º 52969/2023).

Salienta-se que os termos de responsabilidade dos autores dos projetos juntamente com as declarações de inscrição na associação pública respetiva, são garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos projetos, excluindo-se a sua apreciação prévia, em conformidade com o n.º 8 do artigo 20º do RJUE em vigor, com o n.º 8 do artigo 20º do RJUE, salvo nas situações em que estas mencionem algum incumprimento.

Considerando que a identificação, no termo de responsabilidade, da legislação que foi observada na elaboração do projeto é meramente exemplificativa e que a sua incorreta ou insuficiente discriminação não prejudica a responsabilidade civil, contraordenacional ou penal que pode ser imputada ao técnico autor do projeto, em razão da violação de uma norma legal ou regulamentar que seja aplicável ao projeto, a presente análise não incide sobre a adequação e suficiência da legislação referida pelos técnicos, nos termos que subscrevem.

A compatibilidade entre os projetos das especialidades e o projeto de arquitetura aprovado é da inteira responsabilidade do coordenador de projetos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10º do RJUE.

As falsas declarações prestadas nos termos de responsabilidade dos autores e coordenador de projetos integram o crime de falsificação de documentos, nos termos do n.º 2 do artigo 100.º do RJUE e artigo 256.º do Código Penal, sendo ainda puníveis como contraordenação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 98º do RJUE, devendo ainda ser as mesmas comunicadas à associação pública de natureza profissional respetiva, conforme preceituado no n.º 6 do art.º 10º do RJUE.

Sempre que forem detetadas tais irregularidades nos termos de responsabilidade será efetuada a devida participação à respetiva associação pública de natureza profissional, ao Ministério Público e será instaurado o respetivo procedimento de contraordenação.

Foi aplicada a isenção total de taxas, nos termos do despacho do Senhor Vereador Ricardo Veludo, de 02.11.2020, através do registo ENT/362/DJ/SG/CML/20, ingresso nos documentos digitais.

Face ao exposto, propõe-se o deferimento do processo n.º 65/EDI/2023, nas condições da presente informação, com a liquidação das taxas efetuada com base nos dados da Ficha de Elementos Estatísticos e no RMTRAUOC, com a aplicação da isenção total de taxas, em conformidade



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Apoio à Gestão Urbanística

Divisão de Saneamento Liminar e Apoio ao Licenciamento

com o despacho do Senhor Vereador Ricardo Veludo, de 02.11.2020, através do registo ENT/362/DJ/SG/CML/20, conforme folha de taxas do presente processo.

À consideração superior.

Condicionamentos das obras

- Cumprir as disposições RMUEL, no que for aplicável.
- Cumprimento do PUALZE
- Não foram realizadas as consultas definidas no despacho n.º 92/P/2009, publicado em B.M. de 12/06/2009.
- Cumprir o disposto no n.º 1, do artigo 71.º do RMUEL, no que for aplicável.
- Não são permitidas quaisquer alterações exteriores ao nível da cobertura ou fachadas que não estejam representadas no projeto de arquitetura aprovado, designadamente, painéis solares e aparelhos de ar condicionado. Salienta-se que estes sistemas técnicos, a existirem, devem estar representados nas peças desenhadas de arquitetura aprovadas, ao abrigo dos artigos 39.º e 49.º, do RMUEL. As alterações exteriores deverão estar sujeitas ao respetivo controlo prévio camarário.
- Considera-se da responsabilidade de técnico responsável pela obra, a dotação das condições de ventilação e exaustão de fumos de acordo com as exigências legais e regulamentares em vigor, designadamente, as contidas no RMUEL, RGEU, e NP 1037.
- Os termos de responsabilidade dos autores dos projetos juntamente com as declarações de inscrição na associação pública respetiva, são garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos projetos, excluindo-se a sua apreciação prévia, em conformidade com o n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, salvo nas situações em que estas mencionem algum incumprimento.
- Considerando que a identificação, no termo de responsabilidade, da legislação que foi observada na elaboração do projeto é meramente exemplificativa e que a sua incorreta ou insuficiente discriminação não prejudica a responsabilidade civil, contraordenacional ou penal que pode ser imputada ao técnico autor do projeto, em razão da violação de uma norma legal ou regulamentar que seja aplicável, a presente análise não incidirá sobre a adequação e suficiência da legislação referida pelos técnicos, nos termos que subscrevem.
- A compatibilidade entre os projetos das especialidades e o projeto de arquitetura aprovado é da inteira responsabilidade do coordenador de projetos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do RJUE.
- As falsas declarações prestadas nos termos de responsabilidade dos autores e coordenador de projetos integram o crime de falsificação de documentos, nos termos do n.º 2 do artigo 100.º do RJUE e artigo 256.º do Código Penal, sendo ainda puníveis como contraordenação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 98.º do RJUE, devendo ainda ser as mesmas comunicadas à associação pública de natureza profissional respetiva, conforme preceituado no n.º 6 do artigo 10.º do RJUE.
- Sempre que forem detetadas tais irregularidades nos termos de responsabilidade será efetuada a devida participação à respetiva associação pública de natureza profissional, ao Ministério Público e será instaurado o respetivo procedimento de contraordenação.
- No âmbito do n.º 8, do despacho n.º 92/P/2009, é da responsabilidade do requerente a recolha de todas as autorizações necessárias previamente à execução da ligação às infraestruturas existentes no local, assim como todos os danos e encargos que forem resultantes da intervenção. A junção



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Apoio à Gestão Urbanística

Divisão de Saneamento Liminar e Apoio ao Licenciamento

do termo de responsabilidade dos autores dos projetos dispensa a consulta ao serviço competente.

- Quando aplicável, é da responsabilidade do empreiteiro a comunicação com a Divisão de Iluminação Pública, da CML, previamente ao início dos trabalhos, dando conta da natureza das obras a realizar, bem como o cumprimento de todos os trabalhos que vierem a ser solicitados pela Divisão de Iluminação Pública relativamente aos equipamentos de iluminação pública existentes no edifício em consola ou instalados na área de influência da obra, sendo os mesmos realizados por conta do empreiteiro.

- A substituição de projetista de qualquer especialidade apresentada na CML no âmbito do processo inicial deverá ser comunicada à CML, para que o mesmo possa ser averbado, nos termos do n.º 10, do artigo 9.º, do RJUE. Este pedido é entregue na CML através de processo autónomo.

Condições especiais de licença

- Cumprir a disposição do Decreto n.º 46427 e Decreto-Lei n.º 273/03
- Dar satisfação ao art.º 135º do RGEU
- Cumprir o despacho 53/75
- Dar Satisfação ao Art 67º do RMUEL
- Cumprir disposições do Decreto-Lei n.º 46/08 de 12 de março

Outros condicionamentos

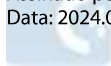
- A licença inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data de conclusão das obras
- O ajustamento dos projetos das especialidades com o projeto de arquitetura é da responsabilidade dos respetivos autores
- É da responsabilidade do titular de licença de obras a manutenção da(s) fachada(s) e empena(s)
- A solução preconizada para a demolição é de responsabilidade do seu autor
- Qualquer dano provocado às edificações confinantes, proveniente dos trabalhos de demolição, é da responsabilidade do titular da licença de Obras, que terá de proceder à sua reparação

À consideração superior.

O(A) Técnico(a)

(Vanda Goncalves (DMU/DAGU))

Assinado por: **VANDA LILIANA FARIA GONÇALVES**
Data: 2024.05.03 14:51:08+01'00'





Câmara Municipal de Lisboa

Processo: 65/EDI/2023

Procedimento: Licença - Renovação de Licença (artigo 72º do RJUE)

NIF: 500745471

Locais: Cc do Lavra, 13

Taxa Administrativa

Agrupamento	Fórmula	Valor
Obras de demolição e o aditamento de alteração	$((3 \times Ea \times VUa) + (Td \times VUt))$	432,00 €
Aditamento aos projectos de arquitectura ou de especialidades	$((VUa) \times (3))$	270,00 €
Pedido de renovação da licença (ou autorização) e da admissão da comunicação de obras de edificação	$((4 \times Ea \times VUa) \times C2) + (T \times VUt)$	1.458,00 €

Valor total da taxa Administrativa: 2.160,00 €

Taxa TRIU

Fórmula	Valor	Redução	Valor da Redução	Acerto Manual	Valor Final
SUM (A x C3) x VUtriu	369,20 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	369,20 €

Valor total da taxa TRIU: 369,20 €

Sub total: 2.529,20 €

► Outras Reduções (Art.º 6)

Percentagem total: 100,00 % Valor da Redução: 2.529,20 €

Liquidação de Taxas: 0,00 €

Valor pago pela taxa de instrução: 0,00 €

Valor total a pagar: 0,00 €

O Técnico _____ / /

Variáveis usadas no cálculo das taxas

Variável	Descrição
C2	- Coeficiente que diferencia as intervenções de acordo com a localização, operação urbanística e uso a que se destina a edificação, que para efeitos deste calculo é de 1,50
C3	- Coeficiente que diferencia as intervenções de acordo com a localização e uso a que se destina a edificação.
Ea	- Escalão de área definido apartir do(a) N° Pisos Demolidos da unidade de intervenção, que para efeitos deste calculo é de 1,60
Ea	- Escalão de área definido apartir do(a) Superfície de Pavimento da unidade de intervenção, que para efeitos deste calculo é de 2,20
VUa	- Valor unitário obtido a partir da tabela de taxas e outras receitas municipais (actualizável anualmente), que para efeitos deste calculo é de 90€
VUt	- Valor unitário obtido a partir da tabela de taxas e outras receitas municipais (actualizável anualmente), que para efeitos deste calculo é de 22,50€
VUtriu	- Valor unitário obtido a partir da tabela de taxas e outras receitas municipais (actualizável anualmente), que para efeitos deste calculo é de 19,35€
T	- Prazo em meses para a execução das obras ou ocupação da via pública, que para efeitos deste calculo é de 12
TD	- Prazo em meses para a demolição das obras, que para efeitos deste calculo é de 0
A	- Área bruta de construção (medida em m2), por uso, acrescida pela operação urbanística

Dados de Uso/Superfície da TRIU

Área Consolidada - Espaço Central e Residencial - Traçado Urbano A Consolidado / Cc do Lavra 13

Usos	Situação Existente	Situação Proposta	Diferença (A/F)	C3
	Superfície de Pavimento	Superfície de Pavimento		
Habitacional	750,18 m²	754,95 m²	4,77 m²	4
Turismo	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Equipamento	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Terciário	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Industrial	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Logística	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Produção Agrícola	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4

► Lista de Reduções

Artigo 6º

Cooperativas de habitação em regime de "custos controlados" (Art.6º, n.º3) do RMTRAUOC de 04-10-2012	100%	
--	------	--

Motivo do Acerto Manual

Foi aplicada a isenção total de taxas, nos termos do despacho do Senhor Vereador Ricardo Veludo, de 02.11.2020, através do registo ENT/362/DJ/SG/CML/20, ingresso nos documentos digitais.

Consulta de Apreciação

Pareceres/Despachos

Data	Técnico	Tipo	Sentido	Conclusões
03-04-2023	DMURB_DepLU-Nuno Miguel Vasconcelos Abreu Flor de Morais	Parecer	Indeferimento	Notifique-se como proposto
22-06-2023	DMURB_DepLU-Nuno Miguel Vasconcelos Abreu Flor de Morais	Parecer	Indeferimento	Notifique-se como proposto.
				Trata-se de um pedido de renovação de licença ao abrigo do art.º 72.º do RJUE relativamente ao processo 657/EDI/2017 para obras de alteração num edifício localizado em área do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE ç setor B ç área habitacional ç Bem de Valor Patrimonial de Referência) e integrado num conjunto arquitectónico identificado na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (código 45.25). O programa funcional prevê o aumento de 8 para 10 frações habitacionais. Considerando que: - no processo anteriormente aprovado foram emitidos pareceres favoráveis por parte da Comissão de Apreciação CML/DGPC e pela Estrutura Consultiva Residente (ECR) do qual resulta a admissibilidade das demolições parciais previstas, salientando-se que já se encontra sanada a condicionante da cor dos aros fixos da caixilharia. - a atual proposta já reflete a aplicação do Decreto-Lei 95/2019 e respetivas Portarias, bem como, a previsão de um compartimento para armazenamento de contentores de resíduos sólidos urbanos. Em caso de concordância, nos termos do n.º 1 do art.º 20.º do RJUE, do art.º 107º do RMUEL e ao determinado no despacho 37/P/2023, publicado no Boletim Municipal 1514 de 23/02/2023, julga-se estarem reunidas condições para se propor a aprovação do projeto de arquitectura ao abrigo do n.º 3 do art.º 20.º do RJUE, com os fundamentos da informação técnica n.º 23833/INF/DMURB_DepLu_DivAHC/GESTURBE/2023. Anexar cópia: - da informação técnica n.º 23833/INF/DMURB_DepLu_DivAHC/GESTURBE/2023. - do parecer da ECR emitido no processo 657/EDI/2017 (informação n.º 39933/INF/ECR_CMP/GESTURBE/2017). - do parecer da Comissão de Apreciação CML/DGPC emitido no processo 657/EDI/2017 (ata de reunião n.º 411/GESTURBE/2017). Nota: O presente parecer foi elaborado com base no ficheiro dwf inserido nos documentos digitais em 10/8/2023 e em cf. subdelegação de competências, acometidas através do Despacho n.º 2/DLU/DMU/CML/2022, de 18/08/2022, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1487, de 18 de agosto).
10-08-2023	DMURB_DepLu_DivAHC-Paulo Marcal (DMU/DLU/DLUAHC)	Parecer	Aprovação	À Consideração da Exma. Senhora Vereadora Joana Castro Almeida
				Atendendo à análise técnica efetuada e respetivo despacho, julga-se que se encontram reunidas condições para se aprovar o projeto de arquitetura nos termos e com os fundamentos propostos. Ao abrigo do Despacho n.º 172/P/2022, publicado no 1.º Suplemento ao BM n.º 1495, de 13.10.2022.
10-08-2023	DMURB_DepLU-Nuno Miguel Vasconcelos Abreu Flor de Morais	Parecer	Aprovação	Aprovo. Nos termos e com os fundamentos constantes na informação e despachos inseridos no sistema Geslis e que se anexam ao presente despacho
13-08-2023	Gav_Joana Almeida-Joana Almeida	Despacho	Aprovação	Pedido de elementos
01-03-2024	DMURB_DepAGU_DivSLAL-Vanda Goncalves (DMU/DPE/DPEDI)	Parecer	Indeferimento	Concordo. Notifique-se nos termos propostos
01-03-2024	DMURB_DepAGU-Luisa Nobre (DMU/DAGU)	Parecer	Indeferimento	

03-05-2024	DMURB_DepAGU_DivSLAL-Vanda Goncalves (DMU/DPE/DPEDI)	Parecer	Deferimento	Propõe-se o deferimento do pp, nas condições da informação n.º 10748/2024; Exmo. Senhor Diretor Municipal Proponho o deferimento do pedido de licenciamento, ao abrigo do nº 1 do art.º 23º do RJUE e a liquidação de taxas associadas, devendo a execução das obras observar as condições constantes na folha de controlo. A competência para a decisão encontra-se subdelegada no Senhor Diretor Municipal de Urbanismo, nos termos da subdelegação de competências vigente (despacho nº 30/P/202, publicado no 1º suplemento ao B.M. nº 1569 de 14 de março).
07-05-2024	DMURB_DepAGU-Luisa Nobre (DMU/DAGU)	Parecer	Deferimento	Concordo. Defiro o presente pedido de licenciamento com a liquidação de taxas associadas, nos termos e fundamentos propostos, devendo a execução das obras observar as condições constantes na folha de controlo.
09-05-2024	DMURB-Paulo Diogo (DMU)	Despacho	Deferimento	

Folhas de Controlo

Folha Verde

Folha Triu